



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

DAYANE CRISTINA DE SOUZA GUIMARÃES

**A evolução da Educação na Comunidade Quilombola de São José no
Município de Acará - Pará: a concretização de políticas afirmativas, por meio
do acesso ao livro, leitura e literatura.**

Trabalho de Conclusão de Curso no formato de artigo científico, apresentado à faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará - FABIB/ICSA/UFPA, como um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, sob a orientação do Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira.

Belém - PA

2021

DAYANE CRISTINA DE SOUZA GUIMARÃES

**A evolução da Educação na Comunidade Quilombola de São José no
Município de Acará - Pará: a concretização de políticas afirmativas, por meio
do acesso ao livro, leitura e literatura.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à faculdade de
Biblioteconomia ao curso de Graduação em Bacharel em
biblioteconomia, da Universidade Federal do Pará, como
requisito básico ao título de Bacharel em Biblioteconomia.

Data da aprovação: 18/ 10 / 2021

Conceito final:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira – UFPA

Orientador

Prof^a. Raimunda Sampaio

Examinador Interno – UFPA

Prof. Rubens Ferreira

Examinador Interno - UFPA

**A evolução da Educação na Comunidade Quilombola de São José no
Município de Acará - Pará: a concretização de políticas afirmativas, por meio
do acesso ao livro, leitura e literatura.**

Dayane Cristina de Souza Guimarães

RESUMO

O presente trabalho trata da importância do acesso ao livro, leitura e literatura em uma comunidade quilombola da Amazônia e o desdobramento desse material de acervo na vida dessa população, marcada pelos muitos processos históricos de desigualdades sociais. Para o estudo desse caso, foram realizadas entrevistas em duas etapas; a primeira *in loco*, buscando compreender as questões etnográficas da pesquisa, a segunda com questionários virtuais, a fim de se traçar o perfil dos alunos ingressos no ensino superior. Foi feito o levantamento de documentos referentes ao acervo doado à comunidade pela Biblioteca Pública Arthur Vianna e uma análise descritiva sobre as políticas afirmativas que giram em torno dos fatores de impactos do processo. Os resultados apontaram avanços significativos na educação escolar quilombola dessa comunidade, tendo o livro como instrumento mediador da busca e encontro pelo reconhecimento identitário e de apoio na preparação da entrada desses alunos, nas instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Acesso à Informação. Políticas afirmativas.

ABSTRACT

It deals with the importance of access to books, reading and literature in a quilombola community in the Amazon and the unfolding of this collection material in the lives of this population, marked by the many historical processes of social inequalities. For the study of this case, interviews were carried out in two stages; the first *in loco* seeking to understand the ethnographic questions of the research, the second with virtual questionnaires in order to trace the profile of students entering higher education, a survey of documents relating to the collection donated to the community by the Arthur Vianna Public Library and a descriptive analysis of affirmative policies that revolve around the impact factors of this process. students, in higher education institutions.

Keywords: Quilombola School Education; Access to information; Affirmative policies.

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca é um espaço de apropriação do conhecimento de forma democrática; nela se propicia a interação desse ambiente com a comunidade, observando-se como sua principal característica de instituição social que atende a um público diversificado cumprindo sua missão de disponibilizar o acesso à informação, cultura, lazer e conhecimento. Nesse contexto, o livro e a leitura são os principais alicerces da importância educacional das bibliotecas. Antunes (2003, p.70) destaca que “A atividade da leitura favorece, num primeiro plano, a ampliação dos repertórios de informação do leitor”. Tal ampliação da leitura de mundo é possível pela incorporação de novas ideias, conceitos, dados e diferentes informações acerca das coisas, pessoas, acontecimentos do mundo em geral.

Estamos em 2021, ano do centenário de Paulo Freire para ele “Ninguém é superior a ninguém” (FREIRE, 2017;1998). Essa premissa acompanhou as suas narrativas a vida inteira, tendo como centro desse debate a busca por uma educação emancipador, na qual não existam hierarquias na relação entre educadores e educandos, e o movimento de ensino-aprendizagem deva ser mútuo, pois na sua concepção educar é um ato de humanização ética, política, social, antropológica e epistêmica, que nos traz à tona aspectos de leituras humanas importantes para uma Pedagogia de esperança como [...] qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto da alegria, gosto da vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça. (FREIRE, 2017;1998).

O combate às desigualdades de acesso a educação no mundo tem sido amplamente discutidos. Em setembro de 2015, reunidos os 193 países membros da ONU, reconheceu-se que a erradicação da pobreza é um dos maiores desafios da humanidade na atualidade. Diante disso, foi criada uma agenda de compromisso entre esses países com 17 objetivos para o pleno desenvolvimento sustentável em 15 anos, e a educação está entre as cinco primeiras prioridades. No que tange à Agenda de 2030 da ONU, todos os países devem buscar mecanismos para garantir uma educação de qualidade que vise assegurar uma educação inclusiva e equitativa, no intuito de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas. “A promoção da capacitação e empoderamento dos indivíduos é

o centro desse objetivo, que visa ampliar as oportunidades das pessoas mais vulneráveis no caminho do desenvolvimento” (ONU, Agenda de 2030)”.

Partindo-se de tal ponto, esse artigo mostra o estudo de caso de como a criação de uma biblioteca em uma comunidade quilombola da Amazônia e seus desdobramentos no desenvolvimento dos processos educacionais formativos impactaram a vida dessa população, de forma a tornar esses sujeitos antes oprimidos nos aspectos de acesso ao livro e à leitura, transformando-os em atores centrais dos seus plenos desenvolvimentos intelectuais. O reconhecimento legal dos territórios quilombolas no estado do Pará, assim como em todo o território nacional, passa por processos burocráticos que levam anos para que essas comunidades sejam reconhecidas e acessem direitos específicos e fundamentais para o seu desenvolvimento. O decreto nº4887, de 20 de novembro de 2003 determina uma série de características que legalmente reconhecem esses povos, a questão do autoconhecimento onde muitos ainda não entendem as suas importâncias identitárias na contribuição histórica do país vai sendo rompida na medida em que eles tomam conhecimento do seu próprio eu, quanto mais essas populações acessem conhecimento, mais elas entendem suas próprias ancestralidades, lutas e direitos.

Portanto, o objetivo geral deste estudo é analisar os fatores de impacto da criação de uma biblioteca em uma comunidade quilombola da Amazônia, nos processos de ensino e aprendizagem pelo acesso ao livro e à leitura dessa população. Os objetivos específicos estão divididos da seguinte forma: a) Abordar a educação escolar quilombola no seu contexto histórico e suas problemáticas; b) Discutir sobre a Biblioteca Quilombola de São José e o uso do seu acervo, pelos alunos da escola local; C) Apontar o perfil dos estudantes quilombolas que utilizaram o acervo da biblioteca e ingressaram em instituições de ensino superior.

2 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: CONQUISTA HISTÓRICA E PROBLEMÁTICAS

A Educação Escolar Quilombola tem a sua *gênese* nas necessidades coletivas de uma ação afirmativa e objetiva de colocar em prática políticas públicas de correção das desigualdades sociais que sempre reincidiram aos grupos étnicos raciais no Brasil, sendo um reflexo das muitas lutas do Movimento Social Negro e Quilombola que estavam representados na CONAE/2010 e reivindicaram a mudança da educação escolar quilombola torna-se uma modalidade específica. Após virar deliberação pelo tensionamento do Movimento Negro, é possível entender a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola no ano de 2012, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff” (CAMPOS; GALLINARI, 2017, p. 217). As questões norteadoras frente aos debates raciais nos aspectos sociais, socioeconômicos e de acessos à população negra do Brasil na prática foram se distanciando da realidade dessa parcela de indivíduos e virando um mito de uma suposta democracia racial, que muitas vezes serviu de pano de fundo para políticas assistencialistas pontuais ou ainda da omissão do poder público no pensar em soluções que visem, de fato, possibilitar o alcance de impactos significativos de igualdade de direitos sociais e raciais, nos dizeres de Toniosso (2011, p.38) aponta-se como sendo;

as profundas desigualdades de oportunidades a que estava submetida a população afrodescendente no Brasil e explicitam a falácia da democracia racial existente nos diversos níveis do sistema educacional. Essa constatação está em consonância com as históricas reivindicações do Movimento Negro, que influenciaram a aprovação de uma série de mudanças na legislação educacional, incluindo a lei nº 10.639/03.

Primeiramente é importante entender o conceito de quilombolas dentro dessa esfera pedagógica que se distancia do conceito colonial escravocrata de “agrupamentos de escravos fugidos”, para uma etimologia mais próxima do que esses povos representam em todo o processo de construção do país. No contexto da legislação de diretrizes e bases da educação, entende-se por quilombolas, segundo o reconhecimento do governo federal pelo decreto nº 4.887 de novembro de 2003, como “I Os grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra (indícios) relacionada com a resistência à opressão histórica”.

A importância dessa modalidade específica dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trouxe outra leitura de como a educação básica deve ser pensada para esses grupos e atender às suas especificidades, isso porque são inúmeras as questões que ainda devem ser amplamente discutidas e planejadas para a consolidação mínima da proposta inicial da educação quilombola, pois, ao longo da história, essas comunidades foram reconfigurando-se nos seus diferentes modos de viver, de construir as relações de trabalho, de troca e compartilhamento de conhecimento, de estruturas organizacionais de sobrevivência e preservação, onde esses sujeitos definem as suas próprias formas de se organizarem em todos os aspectos e como resistirem a grupos hegemônicos que sempre os oprimiram, na luta por direitos básicos e acesso a políticas públicas basilares as quais garantam a eles o pleno desenvolvimento da cidadania. Sobre esse processo, Gomes menciona:

Considerando-se o processo histórico de configuração dos quilombos no Brasil e a realidade vivida, hoje, pelas comunidades quilombolas, é possível afirmar que a história dessa parcela da população tem sido construída por meio de várias e distintas estratégias de luta, a saber: contra o racismo, pela terra e território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam, reparem e garantam o direito das comunidades quilombolas à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação (GOMES, 2012, p. 12)

Os princípios descritos para o pleno exercício e execução da Educação Escolar Quilombola dentro da Base Nacional Comum Curricular, foram desenvolvidos de modo a se abranger todos os aspectos que permeiam as leituras e vivências dessas comunidades, tendo esses aspectos todos pautados no projeto pedagógico dessa escola diferenciada no processo de ensino-aprendizagem de uma escola tradicional urbana e buscando a descolonização do currículo escolar, contendo a construção de práticas pedagógicas étnico-raciais cotidianas.

Outro ponto importante são as cotas raciais que surgem como um processo de inclusão no acesso da população negra ao nível superior e ao serviço público. As cotas vêm da práxis do Movimento Negro como uma forma de consolidação de uma das suas maiores lutas desde a década de 1990. Nilma Lino Gomes (2009) descreve que foi nesse período houve avanços e mudanças no âmbito acadêmico nas universidades, através pressão do Movimento Negro pela produção negra dentro dos vários setores da academia e contribuição na cultura e arte de modo geral, retirando o negro do contexto de objeto a ser estudado e passando-o para a

condição de estudioso e produtor de conhecimento intelectual no cenário acadêmico; o que antes era um espaço majoritariamente ocupado por pessoas brancas de poder aquisitivo elevado e médio, passa a ser ocupado por pessoas negras de baixa renda.

Essa mobilização inclusiva de negros é reforçada por Gonh (1997) como uma exigência do Movimento Negro da contemporaneidade no Brasil, tendo como início a abertura de espaço no governo de Fernando Henrique Cardoso com a implantação das políticas de ações afirmativas e de combate ao racismo. Além disso, Paula (2010, p.34) aponta como foi importante o protagonismo do movimento negro e suas reivindicações de pautas na abertura de propostas como estas:

Apesar da polêmica em torno das cotas raciais nas universidades, uma das ações mais contestadas, o governo brasileiro tem reiteradamente reconhecido a necessidade de uma política diferencialista para esse grupo historicamente discriminado, política e socialmente. Iniciadas no governo Fernando Henrique e ampliadas no governo Lula, inúmeras iniciativas estão sendo realizadas (PAULA, 2010, p.14).

Posteriormente, nos governos Lula e Dilma, essas ações afirmativas se concretizaram através de importantes decretos de leis, incluindo a ampliação do sistema de cotas para a população negra em geral. Nesse contexto, o fato de as escolas do campo quilombolas serem um espaço de resistência e luta, uma vez que elas passam por todas as problemáticas específicas desses tipos de escolas no país, inclusive tendo como aspecto principal o de serem multisseriadas, no processo investigativo dessa pesquisa, ao tentar-se medir o índice de desenvolvimento da escola Santa Rita I, localizada na comunidade quilombola investigada nessa pesquisa, os dados não constavam nos bancos de dados do Ministério da Educação.

Entendemos que esse fator dificulta a ampliação dos debates para a melhora dessas escolas que enfrentam várias barreiras no processo de ensino e aprendizagem, pela sua própria proposta pedagógica e organizacional de ter várias séries numa mesma sala de aula e um único professor para desenvolver um trabalho de formação desses indivíduos de idades e níveis de conhecimento diferentes, nessa perspectiva o professor da UFPA Salomão Hage menciona que:

[...] essas escolas se constituem geralmente na única alternativa para os sujeitos estudarem nas comunidades rurais em que vivem, encontrando-se expostos a um conjunto de situações que não favorecem o sucesso e a continuidade dos estudos, evidenciando, inclusive, o descumprimento da legislação vigente, que estabelece parâmetros de qualidade a serem alcançados na Educação Básica nas escolas do campo (2014, p. 1173).

Ao longo das últimas décadas, tivemos vários avanços sobre a educação do campo, contudo, com relação a educação escolar quilombola, ainda precisamos inserir de forma prática as estratégias para se alcançar o pleno desenvolvimento dos princípios da sua diretriz, abrangendo tanto os alunos das escolas dos territórios quilombolas, quanto os alunos quilombolas que estudam em escolas urbanas ou do campo em geral. Conforme rege a diretriz, “Educação Escolar Quilombola é a modalidade de educação que compreende as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas” (BRASIL, 2012, p. 27), busca-se, com isso, a qualidade na diversidade do projeto pedagógico, a representatividade desses grupos para além de datas comemorativas postas nas atividades escolares, a inserção nas universidades e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, agora como profissionais qualificados de nível superior.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa investigação científica é de caráter qualitativo e configura-se em um estudo de caso, construída por fontes de informações primárias pela pesquisa de campo realizada e contendo todas as principais fases desse tipo de estudo como: etapa exploratória, coleta de dados, evidências e análise dos resultados. As observações realizadas sobre o caso investigado se deram precedidos de um levantamento teórico sobre as variáveis das temáticas tratadas nele e nas narrativas de como se deu esses dois processos (Criação da biblioteca comunitária e fatores de impacto na educação local). Good e Hatt (1973, p.45) afirmam que este estudo é “O estudo profundo de um objeto, de maneira a permitir amplo e detalhado conhecimento sobre o mesmo, o que seria praticamente impossível através de outros métodos de investigação”.

Além disso, tem-se como foco os fatores de impacto da biblioteca comunitária na comunidade quilombola de São José com a finalidade descrever o entendimento do que foi esse processo em seu estudo de caso, com base nos depoimentos dos atores sociais envolvidos e o levantamento e análise documental referente à pesquisa de campo como; questionário virtual utilizado nas entrevistas através do *google drive*, áudios de entrevistas *in loco* com a associação de moradores, dados quantitativos documentais da comunidade e fotos.

Para alcançar os objetivos propostos, os principais dados foram todos levantados por meio de entrevistas. A primeira ocorreu de modo geral com a comunidade local, a fim de se entender as dinâmicas sociais, culturais e educacionais, iniciando uma pesquisa qualitativa que “[...] implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2003 p. 2). As questões etnográficas também foram levantadas nesse primeiro momento, como base para o entendimento das dinâmicas sociais, estruturais, organizacionais e políticas de uma comunidade quilombola. Segundo Martins (2008, p. 52), “A pesquisa etnográfica refere-se à descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo”. A coordenadora da escola Santa Rita I deu suporte nas informações gerais com relação aos dados da escola e ao projeto pedagógico da “Sacola Viajante”, fazendo um levantamento dos títulos utilizados por ela e as demais professoras da unidade escolar.

No segundo momento de entrevistas foram enviados questionários virtuais para os estudantes levantados no primeiro momento como sendo os de nível superior, as perguntas foram construídas de forma a se ter traçar perfil mínimo deles e do processo de ingresso nas instituições universitárias através do contato e leitura com material do acervo doado pelo Sistema Estadual de Bibliotecas do Estado Pará.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Observando os dados gerais do município do Acará, um dos objetos de estudo deste artigo sobre o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) do ano de 2019, temos uma amostra da realidade vivida pela população local no que rege a formação básica nas suas escolas que estão localizadas na grande maioria na zona rural. Os indicadores apontam uma queda de 0,5% dos anos iniciais até anos finais do ensino fundamental, ressaltando que isso compreende desde a educação infantil até o nono ano do fundamental.

Os desafios são maiores nos anos finais, pois vão desde a questão da formação dos professores frente a falta de qualificação para formular práticas pedagógicas que consigam suprir o mínimo do preparo necessário desses alunos, sendo o professor quem conduz todo esse caminho entre o conhecimento e como ele vai chegar até o seu aluno em sala de aula, exercendo um papel importante nos seus desempenhos e, com isso, alcançando mais experiência e qualidade

profissional (ROCKOFF, 2004), passando pelas questões de falta de estruturas para o desenvolvimento desse trabalho em sala de aula, o que desestimula esse aluno muitas vezes, o qual, quando chega ao ensino médio, está propenso a desistir de estudar.

Quadro 1- Índice de desenvolvimento da educação básica do município do Acará

TIPO DE ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	TAXA PERCENTUAL
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental	3,8
IDEB – Anos finais do ensino fundamental	3,3

Fonte: IBGE 2019

Quanto aos dados quantitativos, fica evidente quase que uma paridade com relação às escolas de educação infantil (150) e às escolas de ensino fundamental (153) e um número reduzido de apenas 02 escolas para o ensino médio, que devido à distância da cidade para os alunos do campo, possuem alguns polos de extensão.

Os números de matrículas apontam a maioria dominante nas séries iniciais, é importante ressaltar que nesses números estão inseridos os alunos do EJA e Enceja que buscam essas modalidades de ensino para serem certificados e poderem ingressar no ensino superior, técnico e mercado de trabalho, muitas vezes movidos pelas dificuldades de concluírem todas as etapas dos anos escolares.

Quadro 2 - Dados quantitativos das escolas do município do Acará

MODALIDADE DE ENSINO BÁSICO	NÚMERO DE ESCOLAS	NÚMERO DE DOCENTES	NÚMERO DE MATRÍCULAS
Ensino Infantil	150	156	3.441
Ensino Fundamental	153	537	12.739
Ensino Médio	02	68	2.204

Fonte: IBGE 2020

Ao mesmo tempo em que a educação do campo é um fundamental marcador social de conquista de direito e equidade, ela traz consigo as problemáticas de acesso às estruturas essenciais para o pleno funcionamento dessas escolas e à formação adequada do corpo docente lotado nelas, apontados pelos dados de pesquisas do Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), como tendo as piores estruturas físicas, saneamento básico, acesso a equipamentos tecnológicos e básicos.

A urgência de uma proposta de Educação do campo frente a essas questões, vista por Caldart (2012) como um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, visando incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas, avançou nos aspectos legais na concretização de direitos fundamentais de inclusão, contudo estagna na consolidação das práticas desses mesmos direitos.

4.1 O acervo bibliográfico e a transformação social através do acesso ao livro, à leitura e à literatura na evolução da educação da comunidade

A biblioteca comunitária foi criada através da iniciativa dos funcionários da Biblioteca Pública Arthur Vianna que, em 2015, estiveram na comunidade quilombola de São José no município do Acará no módulo de mapeamento sociocultural do Projeto Tô Na Rede do Instituto de Políticas Relacionais e Fundação Bill e Melinda Gates, o qual tinha como objetivo principal tirar esses funcionários das suas “zonas de conforto”, saindo dos muros da biblioteca indo até as comunidades entender toda as dinâmicas e conjunturas que cercavam seus usuários a fim de desempenharem melhor os seus papéis de mediadores da informação e leitura.

Significativamente em Luft (2000, p. 449), mediação é “ato ou efeito de mediar”, logo se pode afirmar que, para haver a ação da mediação, é preciso ter um intercessor, nesse caso o profissional bibliotecário como mediador entre a informação e a comunidade, exercendo um papel social na ação de promover processos educativos, mobilizador de ações conjuntas entre a comunidade e biblioteca, fazer parcerias com equipamentos públicos de outros segmentos, potencializar a cultura local com atividades de programações artísticas e de

promoção da leitura. Esse profissional tem a mediação como fator primário de todas as atividades desenvolvidas por ele. Almeida Júnior (2004b, p.86) afirma que

[...] Mais do que a informação, o bibliotecário deve estar preocupado com a mediação dessa informação. Hoje, nossa reflexão aponta para a mediação – muito mais do que a informação – como objeto principal da biblioteconomia e, portanto, do fazer do bibliotecário. Tendo a mediação como diretriz, como norte, como objeto, o bibliotecário pode alterar, pode transformar sua ação social, não a ideal, mas a real.

As bibliotecas comunitárias nascem da sociedade civil organizada, dos anseios de grupos sociais por espaços de lazer, cultura, conhecimento e troca de saberes muitas vezes próprio das leituras de mundo as quais elas estão inseridas, tudo nela é movida pelos atores sociais locais com a construção de vínculos sociais afetivos e laços de alteridade, diferente das bibliotecas públicas municipais mencionadas pelo professor Milanesi que se “[...] fechassem, muito pouco seria alterado, [...] não haveria estranhamento uma vez que entre o acervo e a população não foram construídos vínculos” (2002: 91), todo o seu acervo é formado, muitas vezes, através de doações e projetos de leitura da própria comunidade, tornando-a parte da construção social do território.

Prado (2010) descreve as bibliotecas comunitárias como sendo “[...] espaços abertos à participação democrática de todos, e o livro e a leitura, além de ter a função do prazer dos seus usuários, são usados, sobretudo, como suportes informacionais voltados à libertação da mente humana”. A leitura é um dos aspectos de acesso à educação de qualidade, sendo um direito humano basilar indispensável na formação humana conforme defendido por Freire (2011) e Cândido (1995).

A Política Nacional do Livro (Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003) vem fortalecendo a luta pela leitura como direito humano no Brasil, mas esbarra, muitas vezes, em políticas públicas pontuais ligadas a datas comemorativas ou ainda ligadas a recursos financeiro vindo do governo federal que não chegam a se transformarem em políticas públicas permanentes e capilares. Isso mostra a importância dos governos estaduais perceberem que esse tipo

de política fundamenta o pleno desenvolvimento da cidadania frente a desigualdades sociais que se iniciam pela falta de acesso a educação básica, cujo livro é o instrumento transformador através da sua leitura, possibilitando a qualidade de vida aqueles que a ele se conectam. A leitura, como direito humano expressa na forma de lei, define nas suas primeiras diretrizes, que ela se faz necessária por

I- assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; II - O livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida.

O acervo foi composto tendo esse olhar de fora para dentro do espaço da Biblioteca Pública Arthur Vianna, de forma a se entender todas as dinâmicas e saberes dessa população, buscando com que ele chegasse o mais próximo possível de englobar todas as verdadeiras necessidades informacionais de uma comunidade quilombola, passando desde a representatividade étnico-racial às questões gerais como política, cultura, história local, economia, saúde e livros didáticos.

A Fundação Cultural do Pará, onde está localizada a Biblioteca Pública Arthur Vianna, tem seu projeto de extensão pelo Sistema Estadual de Bibliotecas que visa modernizar bibliotecas, capacitar profissionais e potencializar ações que incentivem o acesso ao livro e à leitura. O material de acervo foi entregue à comunidade em agosto de 2016 e fica localizado no espaço da igreja Monte Sião, sendo de livre acesso a todos os moradores e organizado pelos eles mesmos, utilizados pela escola local, em ações culturais do calendário quilombola e de atividades da própria igreja.

Quadro 3 - Dados gerais do acervo doado

Nº	COMPOSIÇÃO DO ACERVO DOADO PELO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS DO ESTADO DO PARÁ
1	Literatura Infantil
2	Literatura Infanto-juvenil
3	Literatura Brasileira
4	Literatura Regional
5	Literatura Clássica
6	Livros didáticos de todas as séries

7	Livros Afro-brasileiro
8	Revistas em quadrinho
9	Dicionário, enciclopédia, tabuada e mapas

Fonte: Dados coletados (2021)

Os livros didáticos e as literaturas ajudaram nas práticas pedagógicas cotidianas da escola local, suprimindo uma carência desse tipo de material de suporte. A professora Mônica Queiroz, assim que teve contato com acervo doado, separou os livros para iniciar um projeto de leitura para a educação infantil e dar uma melhor qualidade de ensino aos alunos das turmas multisseriadas. Em seu relato afirma que

Eu fiquei muito feliz quando esse acervo chegou aqui, separei alguns bons livros didáticos para usar nas minhas aulas, faço atividades com xerox até hoje para todas as minhas turmas desse material, os de literatura infantil a gente usa na sacola viajante e vão passando de aluno em aluno até todos lerem, outros eu uso para preparar as aulas, principalmente para o letramento dos alunos.

Logo, o acervo foi sendo direcionado para o projeto “Sacola Viajante”, com o objetivo de iniciar e de potencializar a prática da leitura nesses alunos, iniciando o processo da prática e gosto pela leitura, conduzidos pelas professoras da comunidade. Nesse movimento de troca, segundo Petit (2008, p. 160) “transmitir o amor pela leitura, e acima de tudo pela leitura de obras literárias, é necessário que se tenha experimentado esse amor”. O poder da leitura de empoderar as crianças dessa comunidade na representatividade de conquistas de outras realidades vistas nos livros, para além da leitura de mundo que elas fazem parte através de livros representativos como “Menina bonita de laços de fita”, “O menino Nito”, “Minha mãe é negra sim!”, concretiza a construção do reconhecimento das suas identidades na infância, de forma a os fazerem acreditar que suas próprias histórias podem ser contadas, ressignificando a autoimagem delas mesmas. Conforme Souza (2007), “A maneira como cada criança se vê depende também do modo como é interpretada pelos outros que convivem com ela. Os julgamentos e comparações têm um grande impacto no início da construção de sua identidade”, por isso a importância da representatividade nos livros didáticos.

4.2 Do quilombo à universidade: Os aprovados nas Instituições de Ensino Superior.

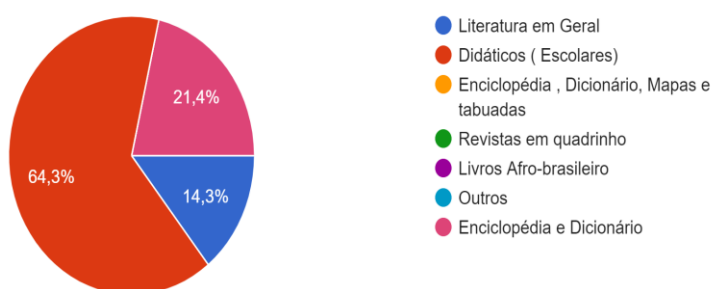
Essa pesquisa analisou os perfis dos 14 estudantes de ensino superior da comunidade quilombola de São José, ingressantes de vestibulares nos períodos de 2017 a 2020. Os dados que identificam o contato desses alunos com acervo doado à

comunidade apontam que uma maioria de 9 alunos usaram livros didáticos nos seus preparos de pré-vestibular. Posteriormente, os materiais de enciclopédia e dicionários são os mais procurados com o número de 3 alunos, seguidos dos livros de literatura em geral com 2 alunos.

Quadro 4 - Dados quanti e qualitativos sobre o contato dos alunos com o acervo

9. Qual o tipo de livro do acervo da comunidade você teve contato, no seu preparo antes de ingressar na universidade?

14 respostas



Fonte: Dados coletados (2021)

É importante ressaltar que os livros didáticos do acervo e procurados pelos alunos são próprios para o ENEM, diferentes dos livros distribuídos nas escolas, principalmente os de redação que, no decorrer do processo investigativo, foi a disciplina que mais os alunos informaram a falta de preparação e a carência de materiais de estudo. Saviani reflete-nos sobre o objetivo educacional tendo o livro didático como instrumento para tal, descrevendo o que cabe no seu papel no processo de ensino e aprendizagem “[...] Não lhe cabe, propriamente expor as conclusões científicas [...], mas selecioná-las e ordená-las de modo que atinjam o objetivo educacional: a promoção do homem”(2007, p.136). Nessa pesquisa, a Universidade Federal do Pará foi a instituição de ensino superior com mais alunos quilombolas ingressantes, 92,9% em comparação às universidades particulares com 7,1% alunos ingressantes. Essa questão se justifica devido ao tipo de processo seletivo específico para alunos quilombolas na instituição que, desde de agosto de 2012, consolidou-se em um movimento inclusivo à lei federal de cotas para indígenas e quilombolas aderida pelo Consepe/UFGA, tendo 2 vagas por curso destinadas a esse perfil de alunos.

O processo de cotas para alunos indígenas está prevista em lei, no entanto, para estudantes quilombolas, esse processo ainda é facultativo o que representa ainda um retrocesso de recorte racial representado no número de universidades no país que aderem esse tipo de política afirmativa, em que, do total de 106 universidades públicas, apenas oito Estados oferecem essa oportunidade a estudantes quilombolas, cerca de 20%. Esse movimento de ocupação de espaços de ascensão social e intelectual propositivo, segundo Santos, provoca o ensino superior a novos desafios e possibilidades “convidando as universidades a redimensionar *práxis* consagradas em sua estrutura, para, assim, inserir povos tradicionalmente excluídos da academia e seus respectivos saberes” (2019, p. 2).

Os cursos escolhidos pelos estudantes pesquisados são: Arquitetura e urbanismo, Biblioteconomia, Ciências contábeis, Cinema audiovisual, Direito, Farmácia, Letras, Licenciatura plena em música, Nutrição, Pedagogia e Serviço social e as mulheres são maioria em relação aos homens que ingressaram na universidade (dos 14 estudantes, 11 são mulheres). Esse recorte de gênero reflete uma nova dinâmica social para essas mulheres, convergindo para o que Djamila Ribeiro descreve sobre os muitos silenciamentos de grupos que socialmente colocamos como inferiores nos lugares predominantemente já pré-estabelecidos, pela estrutura colonizada e patriarcal.

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades (RIBEIRO, 2017, p.71).

Refletindo sobre a pirâmide social que nos é imposta na vida cotidiana, na qual os homens brancos e heteronormativos estão no topo, depois as mulheres brancas, em terceiro os homens negros e por último as mulheres negras - para as mulheres quilombolas que ocupam a academia hoje - esse processo rompe paradigmas e constroem novos saberes a partir desse lugar de fala que as visibiliza e as fazem entender as questões das interseccionalidades sofridas por elas e, muitas vezes, nem percebidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, neste estudo, que as escolas do campo passam por inúmeras dificuldades e a educação escolar quilombola precisa avançar nas práticas pedagógicas para alcançar os objetivos da sua diretriz normativa. O acesso ao livro é fundamental para o acesso a informações identitárias e, a partir disso, de aprimoramento da leitura de mundo e de tomada de direitos de preservação da existência das populações quilombolas da Amazônia. Os debates sobre políticas públicas de acesso ao livro, leitura e literatura e a construção de bibliotecas e espaços de leitura em comunidades como essas potencializa o desenvolvimento humano, educacional, econômico e sustentável.

Em vista disso, é preciso entender a importância do acesso aos livros de temáticas étnico-raciais nas escolas do campo de modo geral, mais ainda pelo contexto social que elas estão inseridas, abrindo a possibilidade da construção de novas narrativas de conhecimento sobre pluralidade e diversidade as quais quilombolas, indígenas e ribeirinhos fazem parte, abrindo espaço ao direito a voz e fala desses sujeitos historicamente silenciados por estarem sempre em espaços predominantemente ocupados e estruturados por e para pessoas brancas, descolonizando a proposta educacional que chega até eles, o que leva ao respeito aos saberes ancestrais e conhecimentos culturais vindo deles.

Os cursos e conhecimentos acadêmicos adquiridos por esses alunos, vão impactar diretamente no processo evolutivo de resistência e preservação dessas comunidades, de forma a terem autonomia em aspectos sociais antes de dependência de profissionais das cidades e capital, esse movimento de ocupação dignifica a vida de homens e mulheres quilombolas e reconfigura toda uma dinâmica que estrutura a sociedade, passando essas pessoas a existirem em espaços antes unicamente ocupados por seus opressores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Mediação da informação e múltiplas linguagens**. Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbco/article/view/17/39>>. Acesso em: 10 set.2021.

BRASIL. Governo Federal. Projeto de Decreto Legislativo nº 4.887 do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Brasília, 20 de novembro de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**, Brasília, DF, 2012b.

CALDART, Roseli Salete. et al.. Dicionário de Educação no campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.788p.

CAMPOS, Margarida Cássia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Revista Nera, Ano 20, n. 35, pp. 199-217, janeiro/abril de 2017 – ISSN: 1806-6755.

CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 3.ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

Censo IBGE. **Censo escolar-Sinopse: Acará**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/acara/pesquisa/13/0>. Acesso em 07 de set. 2021.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, v. 16, n. 2, 2003, p. 221-236.

_____. Decreto nº 4.887, de 20 de dezembro de 2003. Regula o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**. 21 dez. 2003. Seção 1, p. 4.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 51.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Brasil no PISA 2015: sumário executivo**. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

GOMES, Nilma Lino. 2009. **Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina. P.419-441.

GOODE, W., & Hatt. **Métodos da pesquisa social**. São Paulo, SP: Nacional, 1973.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Transgressão do paradigma da (muti)seriação como referência para a construção da escola pública do campo**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, out-dez., 2014.

LUFT, Celso Pedro. Minidicionário Luft. São Paulo: Ática, 2000

_____. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**. 31 out. 2003. Seção 1. Edição Extra, p. 1.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

SANTOS, J. S. **O discurso sobre as cotas raciais antes da Lei 12.711/2012: letramentos acadêmicos e a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil**. Rev. Bras. Linguíst. Apl., v. 19, n. 1, p. 1-28, 2019.

SAVIANI, D. **Educação: do senso-comum à consciência filosófica**. 17 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SOUZA, S. S.; LOPES, T. M.; SANTOS, F. G. S. **Infância negra: a representação da figura do negro no início da construção de sua identidade**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3. São Luís: Ed. UFMA, 2007. (Dissertação)

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.

PAULA, Marilene de. **Políticas de ação afirmativa para negros no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Fundação Getúlio Vargas (FGV)/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Dissertação de Mestrado, abril, 2010.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora 34, 2008. REYES, Y. A Casa Imaginária: leitura e literatura na primeira infância. São Paulo: Global, 2010.

PRADO, Geraldo Moreira. **A biblioteca comunitária como agente de inclusão/integração do cidadão na sociedade da informação**. Inf. Soc., Brasília, DF, v.3, n.2, p.143-149, jan/jun., 2010.

ROCKOFF, Jonah E. **The Impact of Individual Teachers on Student Achievement: Evidence from Panel Data**. The American Economic Review, v. 94, n. 2, p. 247–252, 2004.